

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE
MANEIRA A GARANTIR O SUCESSO DO PROCESSO ENSINO
APRENDIZAGEM**

MATINHOS

2014

THIAGO JOSÉ DA ROCHA

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE
MANEIRA A GARANTIR O SUCESSO DO PROCESSO ENSINO
APRENDIZAGEM**

**Trabalho apresentado como requisito parcial
para a obtenção da certificação do curso de
Especialização em Educação do Campo, Setor
Litoral da Universidade Federal do Paraná.**

Orientadora: Prof.^a Elisiani Vitória Tiepolo

MATINHOS

2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO	6
2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO INSERIDA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL	9
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	17

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE MANEIRA A GARANTIR O SUCESSO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

RESUMO

Ao falarmos de educação do campo, devemos pensar em uma modalidade de ensino que traz à comunidade local as ferramentas necessárias para atingir a todos os alunos, levando a eles os conteúdos para seu desenvolvimento. Principalmente nessa modalidade é preciso um projeto bem elaborado, pois a comunidade que está sendo atingida traz consigo uma realidade um tanto quanto diferente dos centros urbanos. Atividades são passadas de geração em geração com métodos que são ditos corretos, mas que poderiam ser melhorados através da educação. Por muito tempo a educação no campo era vista apenas como uma atividade mecanicista, no qual os alunos deveriam apenas entender como fazer algumas atividades de maneira diferente e com isso proporcionar à comunidade melhorias no seu processo de trabalho. Porém, não seria esse o real processo, logo que a educação não deve ser apenas uma realidade para fazer o aluno do campo aprender novas práticas ou apenas melhorar aquelas que já lhes são conhecidas, mas tem a função de emancipá-lo como cidadão. O presente trabalho, por meio de uma pesquisa bibliográfica, reflete acerca de como a educação do campo tem sido trabalhada no Brasil e de como essa modalidade necessita ter um olhar diferenciado, visto que os alunos que tem acesso a essa educação tem uma visão diferenciada do mundo e a realidade a qual eles vivem sempre faz com que tenham o sentimento de mudança, buscando ter no futuro melhores condições de trabalho e de vida.

PALAVRAS CHAVE: Educação do Campo. Aprendizagem. Analfabetismo. Desenvolvimento. Mecanicismo.

INTRODUÇÃO

Estudiosos cada vez mais estão empenhados em procurar desvendar quais os principais problemas que ainda impedem o desenvolvimento da educação brasileira, e por que ainda passamos por um déficit tão grande de desenvolvimento comparado com outros países. Muito disso se deve ao esquecimento que parte da sociedade, principalmente no momento em que todos tinham os olhares voltados para os grandes centros urbanos, mas se esqueciam das comunidades que haviam ficado no campo. A maioria das crianças não tinham condições de estudar nas cidades como muitos filhos de fazendeiros que tinham maiores condições e mandavam seus filhos para a capital ou mesmo para o exterior.

O descaso com essa modalidade teve grandes efeitos nas comunidades do campo, fez crescer as taxas de analfabetismo e impediu que conhecimento tecnológico chegasse a muitas localidades.

Durante o processo de escolarização podemos perceber que grandes foram os avanços desde o momento que os jesuítas passaram a auxiliar nesse processo, mas percebe-se que durante um longo período os olhares do governo não estavam voltados para a educação, deixando-a apenas como uma responsabilidade secundária, o que parece em palavras ter certo tom de radicalismo, mas isso está comprovado em várias pesquisas. Por outro lado, vemos também que atualmente há um princípio de fazer com que a educação seja proporcionada a fim de levar os alunos a uma modernização, para que implementem em suas comunidades as práticas que tenham contato em sala de aula.

Nesse sentido, o presente artigo tem como principal objetivo analisar pontos de avanço na educação de nosso país, que nos fazem refletir que ainda temos muito a caminhar, mas que estamos no caminho certo, para que tenhamos uma educação que possa fornecer a todos atividades que privilegiam os alunos do campo, para que tenham acesso ao conhecimento como todos os demais alunos.

1 PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO

Quando se fala de educação do campo no processo histórico, deve-se levar em consideração que muitas pessoas deixaram a zona rural para trabalhar nas cidades, buscando melhores condições de vida, chegando o mais próximo da industrialização e até mesmo buscando que os filhos estudem.

Segundo Maia (1982, p.27)

Este movimento denominado de "Ruralismo Pedagógico" pela professora Eny Marisa Maia pretendia gerar uma escola integrada às condições locais regionalistas, cujo objetivo maior era conter essa evasão rural e fixar o homem no campo.

É preciso conceituar que, o mesmo ensino que era ofertado nas cidades estava sendo ofertado no campo, o que leva a uma situação um tanto quanto desconfortável porque muitos alunos não tinham contato com a realidade que era apresentada pelos professores e até mesmo pelos livros que chegavam para os alunos.

De acordo com Machado (2000, p.85),

não houve uma efetiva adequação da escola para a realidade rural, pois não se levou em consideração que a "educação é ampla multifacetada, variável de conformidade com o 'espaço' humano racional em que é possível aflorar. Por isso existem tipos e formas educacionais diferentes, entre elas – a educação rural".

Leite (2002, p.112) faz uma série de elementos que mostra que a educação do campo enfrentaria muitos problemas, dentre eles destacados,

- O elevado índice de analfabetismo, sobretudo nas faixas etárias acima de 25 anos;
- A baixa remuneração e qualificação dos professores, com predominância de professoras leigas responsáveis por classes, na sua maioria, multisseriadas;
- O elevado índice de exclusão e repetência;
- O crescente processo de municipalização da rede de ensino fundamental, que responde pela quase totalidade das matrículas nas séries iniciais das escolas rurais, sem que sejam viabilizadas as condições estruturais e pedagógicas;

O processo que ficou conhecido como ruralismo pedagógico, ocorrido até meados de 1930, fracassou em seus principais objetivos, sendo que um deles mostrava que o intuito da educação no campo era apenas fazer com que houvesse uma mecanização dos processos realizados e também deixa de ser um desinteresse do Estado.

Whitaker (1992, p. 175) mostra que

vinculado a este desinteresse do Estado existe uma ideologia predominante que alega que a falta de educação rural é causada pela não valorização da população rural que coloca seus filhos precocemente no mundo do trabalho ao invés de pô-los na escola. Tal ideologia é uma falsa consciência que confunde as conseqüências com as causas dos fenômenos sociais e projeta na vítima a culpa pelos seus infortúnios.

Em 1937, surge a Sociedade Brasileira da Educação Rural, mas com apenas o intuito de manter as tradicionais, do folclore rural e a preservação das artes em um todo, para que não se perdesse com o tempo as atividades que eram realizadas pelas comunidades.

“O sentido de contenção que orienta as iniciativas no ensino rural se mantém, mas, agora, coloca-se o papel da educação como canal de difusão ideológica. Era preciso alfabetizar sem descuidar dos princípios de disciplina e civismo” (MAIA, 1982, p. 28).

Após a Segunda Guerra Mundial, começou a ter uma forte corrente que motivava a todos ao progresso, assim todos passaram a mandar os seus filhos para as escolas da cidade, aqueles que tinham melhores condições de vida mandavam os filhos ate mesmo para a Europa. Whitaker (1992, p.12) cita que,

os filhos pródigos da sociedade vão para as escolas particulares e a escola rural continuava relegada a um último plano. Assim nota-se que a escola rural é firmada por um viés urbanocêntrico (voltado para os conteúdos que informam e são informados no processo de urbanização), sociocêntrico (voltado para os interesses de certas classes sociais) e etnocêntrico (que privilegia a cultura relativa ao mundo ocidental – a chamada racionalidade do capitalismo, fortemente atrelada ao avanço científico e tecnológico)

Na década de 50, são criadas muitas campanhas para que houvesse melhorias para a Educação do Campo, dentre elas foram criadas Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e do Serviço Social Rural (SSR), visando compreender em alguns momentos os verdadeiros motivos para esse êxodo rural que estava acontecendo, mas também para um momento de compreensão de como deveria ser realizada a educação do campo, de maneira que pudesse ofertar a todos as mesmas condições que eram ofertadas em outras modalidades de ensino, mas ainda assim era vista apenas como uma maneira de indenizar essas famílias que ainda continuavam no campo.

Na década de 60, o declínio de alguns segmentos, fez com que muitas prefeituras deixassem de repassar recursos financeiros para as escolas do campo, que acabavam ficando a mercê dos recursos que vinham de agricultores que faziam suas doações, pequenas, mas que contribuía para que a escola não fechasse para que seus filhos continuassem a morar no campo para prosseguir com suas atividades. Fica claro nesse momento que o governo deixa de olhar para a educação do campo e centraliza seu olhar principalmente no início dos grandes centros que além de receberem muitas pessoas vindas do campo também tinha muitos migrantes do nordeste brasileiro.

A implantação das classes multisseriadas foi mais um fator dificultante no processo de ensino-aprendizagem das populações do campo. E, na década seguinte, é disseminada a idéia de que a educação é o único instrumento a conduzir o agricultor à modernidade, portanto são criados alguns programas para a educação rural que também fracassaram por não levar em conta as necessidades e especificidades das populações do campo.

Machado (2000, p.90) afirma que

só na década de 1980 “[...] é que a escola pública rural vai passar por um processo de reforma, no Estado de São Paulo. Este processo constituiu no agrupamento de escolas isoladas da zona rural em unidades mais facilmente administráveis eliminando-se as classes multisseriadas e obrigando os municípios a fornecerem transportes para as crianças das escolas que haviam sido fechadas

A Articulação Nacional por uma Educação do Campo, dentro dos movimentos políticos da época, ajudaram para que muitas reivindicações e atividades pudessem ser colocadas em praticas para que houvesse progresso na educação do campo pela Câmara de Educação Básica, em 2002, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CER n.t 1, de 3 de abril de 2002), tendo em vista um resgate de uma dívida com esse setor da educação que sempre necessitou de um olhar mais atencioso.

Um momento que não pode deixar de ser mencionado é em relação aos acontecimentos relacionados à década de 80, é visível um significativo momento das reivindicações, principalmente por parte do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e as manifestações ocorridas na Constituinte de 1988.

No contexto político, o fato de emancipar o aluno através do conhecimento torna-se uma atividade que precisa ser validada em todas as modalidades educacionais. Esse movimento gera a educação do campo, a partir de 2003, com a elaboração, no governo Lula, do plano Plurianual, que tende a implementar uma política que fosse capaz de priorizar a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar, fazendo instrumentos que fossem indispensáveis para a inclusão social.

2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO INSERIDA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Com o passar dos tempos, a educação passou a ser um elemento de suma importância para o individuo, o que fez com que até mesmo as leis tivessem que ser reelaboradas.

Com a Constituição de 1988, a educação básica tornou-se um direito subjetivo de cada individuo; ela também deu autonomia às universidades e garantiu que todos os níveis de educação do país sejam gratuitos.

A expressão educação básica já indica a ampliação e popularização da escola pública mesmo que a lei só garanta a obrigatoriedade do ensino fundamental. Aos poucos a sociedade está incorporando a importância dos outros níveis de ensino, como a educação infantil e o ensino médio. A educação infantil por estar se concretizando como uma idéia de escola e o ensino médio, por ser uma possibilidade de chegar à universidade ou por permitir ao jovem almejar um emprego melhor mesmo para aqueles que deixam os estudos ou não ingressam nas nossas universidades.

Em 1996, a nova LDB (lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) aumentou a liberdade e a flexibilidade das instituições educacionais de todos os níveis.

Quando se fala em educação do campo, a LDB se refere a essa modalidade da seguinte maneira:

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

Cabe também destacar que a lei deixa claro a qual comunidade essa modalidade se refere, não segregando outros de ter acesso a ela, mas para questões legais, tem essa finalidade:

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

De acordo com Nascimento (2002, p.8)

A população rural é vista como dados do IBGE é uma população condenada ao esquecimento. Com o avanço do capitalismo no campo, subordinadas à lógica do capital, criou-se três problemas para os camponeses/as: um desenvolvimento desigual, um processo excludente que veio se caracterizar no êxodo rural e, por fim, um modelo de agricultura que produz relações sociais ora atrasadas ora modernas. Este capitalismo voraz e selvagem gerou a concentração da propriedade e da renda, a concentração urbana, o desemprego e a intensificação da violência, além de demarcar o urbano como superior ao rural.

Vemos, por muitas vezes, que, com os passar dos tempos, as comunidades rurais acabaram caindo no esquecimento, visto que por muito tempo passaram por um processo migratório, do campo para a cidade grande, buscando melhores condições de vida. É comum vermos famílias que abandonaram tudo o que tinham no campo e foram para a cidade, ou mesmo os pais que tentavam dar uma melhor condição de estudos para o filho, mandava-o para a capital.

Muitas escolas do campo sofreram muito com o abandono, funcionando de maneira precária, sob o comando, muitas vezes, de uma única professora para lecionar para uma turma multisseriada, nas quatro séries do ensino fundamental. Inúmeras são às vezes que professores ou mesmo alunos não conseguiam chegar à escola por razão das chuvas ou mesmo por falta do transporte escolar.

Para Davis & Gatti (1993, p.148) algumas escolas rurais isoladas apresentam-se de uma forma que devemos deixar de lado tudo o que conhecemos e sabemos sobre uma instituição escolar.

Essa cena foi retratada muitas vezes por livros, reportagens e podem ser evidenciadas através dos dados do IBGE que mostram que a maior parte da comunidade do campo foi para os grandes centros urbanos, principalmente a partir a segunda metade do século XX.

Muitas vezes, essas famílias do campo foram excluídas da sociedade, por estarem vinculadas a agricultura camponesa, de um modo simples de trabalhar com a terra, sua maneira de falar e se vestir.

Whitaker (1997, p. 20) afirma que

o descaso para com a educação rural é geralmente colocado quando se diz que as famílias rurais não valorizam a escola colocando seus filhos para trabalhar ao invés de estudar. Esta é uma falsa consciência que tenta justificar a situação do Estado brasileiro que nunca se interessou em dar escola às populações rurais, politicamente fragilizadas diante do latifúndio monocultor e escravocrata e tornadas ainda mais vulneráveis após a urbanização do país, quando a ideologia urbano-industrial exacerbou o preconceito contra o mundo rural.

Neste sentido, é preciso ver os camponeses/as como sujeitos históricos deste projeto de desenvolvimento que buscam na agricultura familiar a base de suas lutas; políticas voltadas para a segurança alimentar; efetivação da reforma agrária e eliminação dos latifúndios; os estímulos a pequenos e médios agricultores/as para que recuperem a terra; a valorização da agricultura familiar quebrando, conseqüentemente, o monopólio privado das agroindústrias; políticas agrícolas voltadas à agricultura familiar; e o desenvolvimento de um amplo programa de educação para as escolas do campo.

Podemos também evidenciar que quando se trata da prática da educação do campo, de como as atividades em sala de aula podem ser propostas, não são contempladas atividades que para os alunos daquela região se tornam muito corriqueiras. Isso pode ser levado em consideração através do senso comum eles trazem de casa, o que poderia ser bem aproveitado em sala para solucionar problemas e fazer com que o aluno pudesse ter a oportunidade de olhar para o conteúdo e se deparar com atividades que já realizou no campo e até mesmo levar da escola para casa algo que pudesse ajudar no trabalho junto com seus pais.

Saviani (2000 p.172) nos mostra documentos oficiais da educação brasileira que alertam no Art. 28 da LDB – Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96) o seguinte propósito:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Ainda em relação a como se pode trabalhar a educação do campo é preciso ter um olhar diferenciado em sala de aula para que se possa perceber quais as habilidades que podem ser trabalhadas e quais meios seriam mais viáveis para que todas as pessoas não somente tenham acesso ao ensino, mas também possam fazer com que consigam absorver o conteúdo para que tenham sucesso no processo de aprendizagem.

Ainda segundo a LDB, o Art. 6º diz que

Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender às especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas.

Importante nesse momento analisar a reflexão realizada por Caldart (2004, p.18) de que

... a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo, e, mais amplamente, *com* a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação *do* povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos *para* ele. (CALDART: 2004, p. 18)

Ao se falar da educação do campo, o ensino deve ser trabalhado de uma forma mais ampla, envolvendo elementos da comunidade local, não deixando de lado aquilo que o aluno realmente vive. Forquin procura enfatizar que a cultura e a educação têm características fundamentais em comum, na medida em que procedem, ultrapassam e instituem os sujeitos humanos. Para ele a cultura erudita e livresca é como um tesouro acumulado que as gerações sucessivas nos legaram. O papel da educação, nessas condições, será o de transpor didaticamente esses saberes universais, visando preparar o indivíduo para viver em sociedade. “A cultura é considerada como um repertório, um fundo, um tesouro no interior do qual a educação efetua, de certo modo, extratos para fins didáticos” (FORQUIN: 1993, p. 38). As alternativas educacionais e políticas, com relação às concepções, princípios e métodos pedagógicos, são parciais e fragmentadas, por isso é difícil fazer uma análise aprofundada de suas carências. O que pode ser feito é a observação da realidade com algumas informações retiradas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostrou que um dos grandes problemas a ser enfrentado pela educação do campo é o analfabetismo.

Em 1995, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (*apud* KOLLING, NERY & MOLINA: 1999), através de seus dados apontou que

cerca de 32,7% da população do campo com mais de quinze anos era analfabeta, isso quer dizer que é grande o percentual de nossa população que ainda está excluída do processo de leitura e escrita. Para resolver este problema é necessário que haja políticas públicas voltadas para a alfabetização de jovens e adultos que ainda continuam fora da escola e analfabetos.

Não havia uma construção que lembrasse uma escola, nem várias salas de aula, nem diversas professoras, nem mesmo uma diretora. A começar pelo aspecto físico e precariedade das instalações, a escola isolada parecia ser o reino do informalismo e da improvisação. De certa forma, foi mais fácil defini-la pela negação, na medida em que ela era antítese do que se imaginava a respeito de uma escola (DAVIS & GATTI: 1993, p. 77).

Estudos do NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural) (1998) (*apud* DEMARCO: 2002) apontam que

a desconcentração do capital humano é viabilizada pela combinação de algumas ações prioritárias, como a articulação da produção das famílias com a extensão da pesquisa na área das potencialidades locais; a ampliação das vagas no ensino básico para a família do campo, articulada com a pesquisa, a formação profissional e a extensão, a fim de garantir o ensino básico para os jovens e adultos nos pequenos municípios; a montagem e difusão de tecnologias que são necessárias à vida familiar rural, na busca da comercialização, produção, transformação e organização social da produção familiar e, por fim, a formação profissional e a capacitação das famílias para o potencial produtivo da localidade para um novo mundo no campo.

Uma educação rural adequada à cultura e ao "homem do campo" precisa ser um elo entre outros elementos de uma política efetiva de redistribuição da propriedade fundiária e de garantia de justiça social entre os trabalhadores rurais. Fora destas condições, conteúdos, currículos e tipos de escolas e ensinamentos "rurais" são propostas, no geral, inadequadas, já que o trabalho e as relações de produção nas comunidades agrícolas formam valores e estruturam uma organização social diferenciada do contexto urbano, que acaba se estendendo à organização escolar, exigindo, portanto, que as ações educativas no meio rural sejam norteadas pelas características que lhe são peculiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o passar dos anos, pode-se perceber que muitas lutas foram realizadas em prol da população do campo, principalmente bandeiras que foram levantadas para que houvesse uma educação de qualidade, que cumprisse todas as funções, mas que também se proporcionasse aos alunos atividades que pudessem contribuir para o trabalho no campo.

Durante um período a educação do campo deixou de ser colocada em pauta em muitos debates, sendo até mesmo esquecida, principalmente em recursos financeiros, para dar prioridade no ensino que é realizado nas

idades. Utilizou-se para isso argumentos como o êxodo da comunidade do campo para as cidades.

No entanto, a comunidade rural ainda continuou a existir, muitas escolas do campo ainda tinham muitos alunos, que com esforços de professores e das famílias da região mantinham suas atividades. O abandono dessa modalidade de ensino fez com que os números relacionados ao analfabetismo crescessem de maneira significativa.

Quando falamos de educação do campo é preciso pensar que a metodologia a ser aplicada necessita de intervenções que podem fazer uso além do conteúdo proposto, atividades práticas diretamente ligadas ao campo e o senso comum de cada um desses alunos.

É necessário que essa metodologia traga outros recursos para a escola do campo, onde os elementos da comunidade local sejam inseridos para que também não se perca a essência das atividades que já eram próprias do campo. Muitas vezes, outros modelos de atividades que eram realizadas deixavam de completar o contexto geral daquela comunidade e apenas traziam conteúdos e atividades que não tinham relação com aquilo que o aluno realmente vive.

Hoje temos tecnologias e atividades que podem ser inseridas nesse contexto da educação do campo, mas é preciso que todos trabalhem em prol disso, professores, direção, equipe pedagógica e principalmente os incentivos do governo cheguem a essas escolas de maneira a proporcionar o real motivo de transmitir o conhecimento, que é emancipar os cidadãos, tornando-os críticos e reflexivos para que possam contribuir para o desenvolvimento e progresso da sociedade.

O que realmente busca-se com todas as discussões levantadas, com ou sem as bandeiras de lutas pela terra, mas de uma forma geral, é que é preciso que a modalidade de Educação do Campo tenha um olhar diferenciado para que seus verdadeiros objetivos se cumpram, não ficando apenas no papel e nos belos discursos, pois o que realmente busca-se é uma educação consistente e transformadora.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **As relações sociais na escola e a formação do trabalhador**. São Paulo: Xamã, 1999.

ALMEIDA, Malu. **Escola e modernidade: saberes, instituições e práticas**. Alínea, Campinas, 2004.

BRZEZINSKI, I, **Profissionalização do magistério: atuais políticas educacionais para a formação e carreira**. In: Anais IX Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. São Paulo: USP, 1998.

BELTRAME, S.A.B. **MST, professores e professoras: sujeitos em movimento**. São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 2000.

CALDART, R. Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**, Petrópolis, Vozes, 2000.

DAVIS, C.; GATTI, B. A. **“A dinâmica da sala de aula”**. IN: DAMASCENO, M. N.; TERRIEN, J. (Coord) **Educação e Escola no Campo**. 1ed. Campinas: Papirus, 1993, p. 73-135.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a. Edição. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1987.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4^a edição, 1981.

MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394/96, MEC

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NASCIMENTO, Claudemiro G. **A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e**

práticas educativas da escola família agrícola de Goiás. Unicamp, 2002. 23p. (mimeo.).

SAVIANI, Demerval. **A Nova Lei da Educação**. LDB – trajetórias, limites e perspectivas. 6^a. Edição revista. Campinas, Autores Associados, 2000. P.242.

SILVA, J.G. **O Novo Rural Brasileiro**. In: Revista Economia, Belo Horizonte: 7(1): Unicamp, 1997.

WHITAKER, D. C. Andreatta. **O rural-urbano e a escola brasileira**, Revista do Migrante, Ano V, Nº 12, 1992.